

OS RECURSOS NATURAIS E O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Nilson Pimentel (*)

09/fev/2018

A biodiversidade que ostenta o Amazonas, por si somente, não é capaz de promover o desenvolvimento econômico regional, pois os recursos naturais não podem ser considerados como tangíveis economicamente na geração de riquezas para a sociedade de dada região em que se encontram, haja vista, tender às possibilidades de se apropriar dos conhecimentos para torná-los potenciais econômicos capazes de transformar em riquezas apropriadas pela sociedade.

Assim como, o capitalismo não pode ir além do limite de exploração da mão de obra, pois há possibilidades de se deter sua expansão, também não pode ultrapassar o limite de exploração da natureza, sem destruir essa base material de acumulação.

Com as crises financeiras recentes, o mundo ocidental perdeu a ilusão de que o dinheiro como capital líquido, poderia libertar-se do teor social e material, tornando uma fonte endógena autossuficiente de valor, isto não ocorre.

Quanto à realidade amazonense, os economistas do Clube de Economia da Amazônia (CEA) tendem à defesa do desenvolvimento econômico regional de base endógena, principalmente com a exploração dos recursos naturais mais abundantes de características renováveis, notadamente por utilização introduzida de conhecimentos científicos tecnológicos do homem, permitindo maiores e melhores condições fatorias de expansão desses recursos, como por exemplo: o peixe, quelônios e répteis, as frutas, os grãos, os tubérculos, diversos recursos não madeiros (óleos, essências e extratos), como os produtores de fibras, etc.

Contudo, não se vê como isso acontecer sem a presença do governo estadual como agente econômico principal indutor, por vias de Políticas Públicas específicas, que demonstrem a vontade decisória de assim fazer, como promoção que atraia os investidores privados, com programas e projetos exequíveis economicamente, com as racionalidades de convergências integradas e de estabelecimentos dos fluxos econômicos e financeiros, o que sem esses fatores os programas não terão resultados em suas implementações.

Por outro lado, o espectro da Economia e de mercados são diversos e variados, não se dependendo somente de alternativas dos recursos naturais, mas deles decorrentes e até da qualidade do desenvolvimento do capital intelectual regional, que nesse mister, abrange as formas mais diversificadas dos conhecimentos científicos tecnológicos que permitem a visão desenvolvimentistas das diversas oportunidades econômicas que o Amazonas apresenta.

Isto assim cabe o papel primordial dos cidadãos, instituições e governos em geral, exigindo que se conheça adequadamente a natureza, suas particularidades e dimensões, no que diz respeito ao melhor uso presente e futuro de suas potencialidades, bem como, os retornos a ser obtidos que levem a melhoria de vida das populações envolvidas, com conhecimentos e informações precisas e que permitam sua contabilização econômica, sua adequada avaliação quando considerados nos projetos de investimentos e referenciais de políticas de gestão dos mesmos.

O pessoal do CEA também leva em consideração que a Economia tem sua importância maior quando se estuda e analisa que os bens produzidos e que circulam na sociedade, tem sua base nos recursos naturais por sua extração como matéria prima utilizada em processos produtivos que geram poluição e degradação do meio ambiente, daí a sustentação que sistemas extrativistas predatórios somente esgotam os recursos naturais e não sustentam processos industriais e nem promovem a criação de riquezas e a redução das desigualdades.

De toda forma, esgotar os recursos naturais não está proporcional ao aumento ou diminuição do crescimento econômico, mas com a forma com que se dá essa apropriação pela sociedade, o que se caracteriza por suas atividades econômicas que os utilizam.

Por sua vez, o que a realidade atual demonstra é a da necessidade de utilização dos recursos naturais e sua escassez e pouco do processo de renovação deles, porém a Economia tem a função precípua de compatibilizar necessidades e escassez, não a existindo se não houver essa ambiência natural rica em biodiversidade.

Por isso que o CEA também opta por outra matriz econômica para o Amazonas, mas com programas e projetos que possibilitem a utilização dos recursos naturais de maior potencialidade econômica, que promova o desenvolvimento econômico regional com geração de empregos e massa salarial, sem a degradação ambiental e sem que dependa exclusivamente desses recursos.

Se observarmos bem de perto, os ganhos para a sociedade amazonense com a implementação do projeto ZFM, pouco se tem ao aproveitamento de médio e longo prazo, pois lá se vão 50 anos e nada se fez que possamos suplantar a estagnação econômica em que os Municípios do Amazonas vivem, mas que demonstra o aumento da pobreza na cidade-estado Manaus.

O pessoal do CEA possui a inteira dimensão que o projeto ZFM não consegue se espraiar para as nove sub-regiões do Amazonas, muito menos levar o crescimento econômico para a Amazônia Ocidental, haja vista ser a questão do desenvolvimento econômico regional amazonense, de intrincada arquitetura multidimensional intersetorial de fatoração sócio-ambiental-econômico que envolve os componentes de sustentabilidade, sócio cultural e os demais fatores econômicos, pois satisfazer as necessidades desse contingente populacional amazonense, nesse estágio de atraso que se encontra, em confronto com o que se passa na economia global, vista atualmente na TV e mídias sociais, requer mais que vontade do executivo público eleito (o governador), primeiramente competência técnica, mais determinação e comprometimento com o futuro das novas gerações. E, que até essa atualidade, passados 50 anos do projeto ZFM, nada realizaram nesse sentido.

Nesse meio século de implementação da ZFM, se explorou tudo que foi possível das chamadas vantagens competitivas comparativas do modelo ZFM, inclusive a mão de obra barata e semiquilificada e com baixo investimento fixo, gerando excedentes de riquezas que beneficiaram o erário público e os investidores privados.

Esse é o modelo econômico atual no Amazonas.

Contudo, infelizmente os 'benefícios' ficaram concentrados em apenas uma parcela pequena da população em **Manaus** e ao custo da perda de grande parte da sua biodiversidade e ecossistemas desse outrora paraíso verde.

E agora Amazonas? É esse o modelo de concentração e exclusão que se quer repetir?

Ou o que ser desse Estado daqui a mais 50 anos? Se poderá se orgulhar de ter minimizado a pobreza?

Ou, de ser ter grandes projetos de desenvolvimento econômico regional de base endógena com recursos naturais renováveis, inclusive exportando alimentos, dessa sócio biodiversidade?

Ou se ter se tornado um Estado referencial em biotecnologia? Tendo inclusive não depredado esse bioma que se tem no Amazonas?

É justamente isso tudo que se quer para o Amazonas e seu Povo, não é mesmo CEA?

(*) Economista, Engenheiro, Administrador, Mestre em Economia, Doutor em Economia, Pesquisador, Consultor Empresarial e Professor Universitário: nilsonpimentel@uol.com.br.

